

Ética jornalística em grandes reportagens: Reflexões acerca da obra “O olho da rua”, de Eliane Brum¹

Arthur de Oliveira ROCHA²

Juliana BULHÕES Alberto Dantas³

Juciano de Sousa LACERDA⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

RESUMO

Propomos uma reflexão acerca da questão ética presente na obra “O Olho da Rua”, da jornalista brasileira Eliane Brum. Para tal, são traçados conceitos acerca da ética e da deontologia, usados em aproximação às dez reportagens-capítulos do livro, que são analisados no decorrer do trabalho. A pesquisa teve como intuito traçar reflexões acerca do papel social da profissão de jornalista e enfatizar este tema, a fim de suscitar debates. Chegamos à conclusão de que a autora/jornalista se esforça para seguir os parâmetros éticos da profissão, mesmo diante do desafio de chegar mais perto dos personagens, característica peculiar do jornalismo literário e do gênero grande reportagem, que ela se propõe a fazer. O artigo tem como base metodológica o estudo de caso em mescla com a revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Ética jornalística; Jornalismo literário; Grandes reportagens; O olho da rua; Eliane Brum.

INTRODUÇÃO

O Jornalismo está, no senso comum, diretamente ligado à ideia de relatar a verdade à sociedade. No entanto, muitos são os interesses mercadológicos envolvidos na produção de notícias e reportagens, o que torna o exercício profissional distante da utopia em torno da verdade.

Diferente da reportagem convencional, a grande reportagem apresenta uma abordagem mais completa do assunto que está sendo retratado, tendo maior cobertura e

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – IX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduado em Comunicação Social - Jornalismo (UFRN); estudante de Comunicação Social – Radialismo (UFRN); e bolsista do Projeto de Iniciação à Docência “Laboratório de Redação Jornalística – Labjorn” (UFRN). Integrante do Grupo de Pesquisa Pragma (UFRN/CNPq), email: arthurd.oliveira@hotmail.com.

³ Mestranda em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN); especialista em Assessoria de Comunicação (UnP); graduada em Comunicação Social – Radialismo (UFRN) e Jornalismo (UFRN). Integrante do Grupo de Pesquisa Pragma (UFRN/CNPq), email: julianabulhoes.ad@gmail.com.

⁴ Orientador do trabalho. Professor Doutor do Curso de Comunicação Social e do Mestrado em Estudos da Mídia da UFRN. Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN). Líder do Grupo de Pesquisa Pragma (UFRN/CNPq), Coordenador do Projeto de Iniciação à Docência “A articulação entre teoria e prática na vivência didática da disciplina Teoria da Comunicação” (Prograd/UFRN 2013), email: juciano.lacerda@gmail.com.

amplitude de informações. Segundo Lima (1995), este gênero consiste na ampliação do relato simples, raso e superficial para uma dimensão de contextualização. Mergulha-se nos fatos, em seu contexto e personagens. A grande reportagem oferece ao jornalista liberdade para escapar das fórmulas convencionais de jornalismo, como o lide e a pirâmide invertida. É um gênero que incorpora elementos literários ao discurso jornalístico, propondo uma leitura ampliada e informações em profundidade sobre o tema ou personagem. Exige maior atenção, percepção e compreensão do leitor.

Fugindo da produção seriada de notícias na mídia diária, o jornalismo literário surge como uma opção de estilo adotada por muitos profissionais em especial no gênero conhecido como grande reportagem. O jornalismo literário está relacionado diretamente à potencialização dos recursos do jornalismo, além do que, ele consegue "ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lide" (PENA, 2013, p. 06). Mas independente de jornalismo diário, literário, em profundidade e em grandes reportagens, o repórter deve sempre vislumbrar os princípios éticos e deontológicos da profissão.

Kotscho (2004, p. 71) define a grande reportagem como sendo matérias extensas que procuram explorar um assunto em profundidade, cercando-o em todos os seus ângulos. Ele diz que o nome não está relacionado ao número de linhas e de páginas que ocupa na mídia, mas sim ao fato de requerer um grande investimento, tanto em termos humanos (para o repórter de texto e foto) quanto financeiros (para a empresa jornalística). É um gênero que tem se perdido nos jornais impressos, mas ainda muito explorado nas revistas e nos livro-reportagens.

Uma obra de referência no jornalismo literário brasileiro, na qual se faz uso do gênero grande reportagem, é o terceiro livro da escritora e jornalista Eliane Brum, *O Olho da Rua*, uma coletânea com dez reportagens feitas para a revista *Época* no período de 2000 a 2008. O livro foi lançado no ano de 2008, pela *Editora Globo*.

O livro começa falando sobre a vida, com as parteiras da Amazônia amapaense, e termina falando sobre morte, com a história de Ailce, uma personagem cujos últimos dias de vida foram acompanhados por Eliane Brum. O prefácio é de autoria do jornalista Caco Barcellos e as reportagens que integram o livro são: "A floresta das parteiras"; "A guerra do começo do mundo"; "A casa de velhos"; "O homem-estatística"; "O povo do meio";

“Expectativa de vida: vinte anos”; “Coração de ouro”; “Um país chamado Brasilândia”; “O inimigo sou eu”; e “Vida até o fim”.

A autora deixa evidente que não se propõe a vender a verdade, e sim perspectivas da realidade, apesar de estar em um momento no qual o jornalismo referencia constantemente esse valor como bem simbólico para levantar seu capital, numa troca com os anunciantes – a credibilidade pela propaganda.

Uma peculiaridade do livro é um capítulo à parte, após cada reportagem, com os bastidores da produção jornalística. Eliane conta suas angústias, conflitos pessoais internos, sensações, temores, erros e acertos no processo de apuração e redação das suas matérias. São relatos feitos posteriormente à publicação das reportagens na *Época*, que fizeram a autora rememorar acontecimentos passados da profissão.

ÉTICA E DEONTOLOGIA

Ética é uma derivação da palavra grega “ethos”, que significa “hábito” ou “costume”. É frequente o uso da palavra ética como sinônimo para moral. No entanto, trata-se de conceituações distintas: a moral seria um conjunto de normas aceitas pelos agentes individuais ou coletivos e varia ao longo do tempo, do espaço geográfico e da formação cultural de um povo.

A ética, segundo Christofolletti (2008, p. 18), “é um conjunto de processos mentais e reflexivos que derivam em práticas concretas na vida”. Para Martino (2010, p. 32), a ética é como “uma teoria da prática, criada a partir da reflexão e da pesquisa vinculada à vida diária”. A ética estuda os preceitos que justificam as escolhas do indivíduo. Ela ultrapassa julgamentos e valores, não tendo o caráter obrigatório e normativo da moral. É questionadora, reflexiva.

A ética não se apresenta como algo concreto, tangível e toda ação humana está envolvida por implicações éticas. “As implicações de uma escolha ética podem intervir materialmente sobre a vida de pessoas e grupos sociais” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 18). Ela não é um aspecto tocante apenas no lado individual e pessoal, é constituída pela dimensão individual, mas também social. “Na primeira, são mobilizados os valores pessoais, cultivados pelo indivíduo, suas convicções morais. Na segunda dimensão, operam os valores que absorvemos dos grupos sociais que frequentamos” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 17). Esses grupos sociais podem ser família, escola, amigos, religião, trabalho, esporte, etc e a manifestação da vontade é coletiva.

O jornalismo é uma prática social que transforma informações em notícias. Que utiliza o fato como matéria-prima para produção de sentido através do processo produtivo de reportagens, matérias, editoriais, crônicas, ensaios, resenhas... O jornalismo presta serviço à sociedade. Ele instrui, explica, orienta, denuncia, cobra, lida com pessoas, interesses, instituições, reputações, poder, imagem e honra.

Para Abramo (1988, p. 110), “o jornalista deve ser aquele que conta a terceiros, de maneira inteligível, o que acabou de ver e ouvir”. A responsabilidade do jornalista é tamanha e suas escolhas éticas podem provocar de um simples boato à morte física e à chamada morte social – a que impede o cidadão de ser quem ele é em meio aos seus pares, em sociedade.

Em meio a tanta responsabilidade, seria mais que necessária a criação e prática indispensável de uma ética da profissão jornalística. É nesse princípio que se chega ao que denominamos deontologia, termo definido por Christofolletti (2008, p. 21) como sendo a ética profissional de direitos, deveres e valores específicos de uma atividade produtiva. Segundo Karam (2009), deontologia refere-se ao conjunto de princípios para o exercício da atividade profissional que estabelecem o dever ser na configuração de processos e produtos.

Por sua vez, Barros Filho (2003) trata a ética na comunicação não a partir do comportamento dos profissionais, mas do “produto informativo”. Mesmo assim, sua obra traz uma contribuição à pesquisa ao defender que qualquer normatização do trabalho jornalístico – incluindo padronização quanto à ética – é inútil quando são desconhecidos os efeitos negativos que podem ser evitados com tal prática.

Para Abramo (1988), não haveria uma ética específica para o jornalista, uma vez que “A ética do jornalista é a ética do cidadão. O que é ruim para o cidadão é ruim para o jornalista” (ABRAMO, 1988, p. 109). Apesar da afirmação do autor ser verdadeira, ela é incompleta, uma vez que o jornalista não pode se pautar em sua ética apenas pelos valores do cidadão comum, uma vez que a profissão que exerce implica condições, situações e circunstâncias específicas do ofício que não se estendem ao cidadão comum.

A existência de uma ética característica da atividade profissional jornalística é sustentada por Karam (2001). A deontologia, conjunto de valores com princípios estabelecidos e regulamentados por uma atividade profissional específica, seria essa ética do jornalismo. Segundo o autor, hoje inúmeras empresas de comunicação, federações e associações de jornalistas subscrevem algum código de conduta com limites e obrigações no campo ético. “Embora não tenham expressão jurídica, tais princípios prescrevem normas

morais para a atividade jornalística” (KARAM, 2001, p. 03). Contudo, não se pode deixar de ressaltar que a deontologia possui limites, esbarrando na legislação, na Constituição.

Fazem parte desses princípios estabelecidos pela atividade jornalística, por exemplo, a garantia da qualidade da informação, de checagem de conteúdo, de qualidade técnica, rigor na apuração, distanciamento crítico, honestidade, pluralidade, liberdade, verdade e justiça social.

Esses princípios seriam considerados como éticos, e isso é levado em conta através de uma prática de “obediência” a tais diretrizes que não escritas, mas respeitadas dentro da profissão. “A conduta aprovada como ‘ética’ em um determinado campo parece apresentar-se à apreensão sincrônica como a resultante de uma série de interesses específicos voltados para um equilíbrio de interesses comuns” (MARTINO, 2010, p. 33).

A questão dos conflitos éticos surge em meio aos acontecimentos do dia-a-dia da prática do profissional jornalista, estando atrelada ao momento em que há um conflito entre atitude ética e interesse particular. Então, estaria a ética atrelada à escolha de uma ação numa situação prática.

Como ressalta Karam (2001), esse conflito se dá na maior parte das vezes pela dupla vinculação do jornalista: de profissional defensor da sociedade e de empregado de uma empresa privada. Nesses casos, as possibilidades da ética esbarram nas limitações da prática. É preciso entender que os conflitos não necessariamente sejam entre uma atitude correta e uma errada, muitas vezes entre duas atitudes certas, mas que precisa uma ser escolhida e outra descartada de acordo com a situação específica na qual esteja o jornalista.

Martino (2010) corrobora com Karam (2001) e acrescenta que o duplo vínculo e a contradição entre condições objetivas de trabalho e princípios éticos de sua ação social, no caso do jornalista, acarretam em uma aparente transparência das fronteiras simbólicas entre o cidadão comum e o jornalista. É nesse ponto que Abramo (1988) coloca a ética do jornalista como unicamente sendo a ética do cidadão.

Em meio a isso tudo, é válido salientar que há ainda a possibilidade de utilização da ética como finalidade estratégica no campo jornalístico. Martino (2010, p. 34) trata bem desse aspecto, quando explica que “podemos falar da ética como estratégia quando lembramos que em cada campo as ações de um agente são, ainda que parcialmente, direcionadas à percepção recíproca dos outros”. Essa situação pode ser exemplificada com a forma ética com que muitos veículos da mídia agem a fim de garantir uma

legitimidade/credibilidade diante de seu grupo – público, espectadores, leitores, concorrentes, funcionários, parceiros etc.

Se antes havia o Código de Ética dos Jornalistas, proposto e aprovado no âmbito da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 1986), os princípios deontológicos alcançaram mais evidência através de documentos elaborados e aprovados pelos empresários da mídia. Surgiram, assim, o Código de Ética da Associação Nacional dos Jornais (1991) e o Código de Ética da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (1991).

A ética levanta questões e debate pontos de vista em dilemas. Dentro do jornalismo, alguns temas são recorrentes nas discussões éticas do profissional da comunicação, como: a utilização de determinados métodos para a obtenção de informação jornalística - como alteração de identidade profissional, uso de câmeras ocultas, gravação de conversas não-autorizadas; sigilo das fontes; relação e limites entre direito à informação de interesse público e invasão à intimidade ou à privacidade; consciência pessoal em confronto com a profissional – duplo papel do jornalista; busca da verdade, da exatidão e da precisão; plágio; manipulação na fotografia e nas imagens televisivas; fontes que plantam informação; sonegação de informação de interesse público; audiência; marketing no jornalismo; jabaculê; e a cobertura de sequestros, guerras, homicídios.

Dentre os documentos que regulamentam a atuação dos jornalistas no Brasil, é possível citar: Código de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas, Código de Ética da Associação Nacional dos Jornais, Código de Ética da Radiodifusão Brasileira, Código de Ética da Associação Nacional de Editores de Revistas, Código de Ética da Federação Latino-americana de Jornalistas, Declaração de Princípios da Sociedade Interamericana de Imprensa, Código Internacional de Ética Jornalística da Unesco e Declaração de Princípios de Conduta da Federação Internacional dos Jornalistas.

A ÉTICA EM O OLHO DA RUA

As questões éticas práticas às quais está sujeito o jornalista – como “Devo cometer um crime para provar sua possibilidade?” ou “Devo usar câmera escondida em uma reportagem?” ou “Devo fingir ser outra pessoa para obter uma informação?” - encontram sua resposta num discurso da ética do campo. “Um jornalista pode achar moralmente errado mentir, mas sua ética jornalística, aliada inconscientemente aos interesses do campo e justificada dessa maneira, pode mentir para obter uma informação” (MARTINO, 2010, p. 37).

No terceiro livro da jornalista Eliane Brum, *O Olho da Rua* - em especial graças ao espaço de bastidores de cada reportagem, escrito pela autora na coletânea – o trabalho de repórter leva Eliane a passar por situações práticas de conflitos éticos. Para Eliane, que já possui mais de 20 anos de carreira no jornalismo, a reportagem é um ato de entrega e envolvimento intenso com suas fontes.

Esse envolvimento acarreta confiança recíproca e consequentemente fica, muitas das vezes, numa linha tênue entre agir com ética e agir movido pelos interesses jornalísticos. Esse impasse fica entre o que Fidalgo (1997) cita como ética de foro individual (a ética da convicção) e ética profissional (a ética da responsabilidade).

“Uma repórter que se nega a ser dona de alguma verdade” (BARCELLOS, 2008, p. 11). Dentre as questões que envolvem atitudes éticas do jornalista, temos os métodos rigorosos de pesquisa usados por Eliane, tanto antes de sair a campo, quanto *in loco* no universo da reportagem – ou “com os pés envolvidos ‘na lama dos acontecimentos’” (BARCELLOS, 2008, p. 11).

Essa pesquisa e apuração devem de fato ser tratadas com rigor. Inclusive, o rigor na apuração faz parte deontologicamente dos princípios estabelecidos pela atividade jornalística. A autora diz: “Exerço o jornalismo sentindo em cada vértebra o peso da responsabilidade de registrar a história do presente, a história acontecendo. Por isso, exerço com rigor, em busca da precisão e com respeito à palavra exata” (BRUM, 2008, p. 14). O próprio Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, no artigo 3º do capítulo I afirma “I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas”.

Apurar por email, por telefone, por meios eletrônicos de intercâmbio da comunicação não são valorizados em detrimento da prática jornalística de ouvir de perto, entrevistar ao vivo, observando o ambiente, a fisionomia do entrevistado, suas expressões, momentos de silêncio, olhar, postura. Tudo isso comunica/informa e o repórter, como muito enfatiza Eliane, deve ser um “escutador”, escutando não só com a audição, mas com todos os sentidos.

“A reportagem é uma narrativa, simplesmente uma narrativa. Ela depende muito do poder de observação do narrador [repórter], da maneira de transmitir essa observação em palavras e de saber concatenar bem a forma de expressá-la” (ABRAMO, 1988, p.111), ressalta Cláudio Abramo sobre a importância que tem a observação no processo de

apuração da reportagem, aspecto que também é enfatizado por Eliane Brum, em *O olho da rua*.

No entanto, para alguns pesquisadores como Fidalgo (1997), esse ouvir de perto e a aproximação e envolvimento com a fonte é algo prejudicial. Para ele, a maior virtude do jornalista é a distância, uma vez que só com a distância o jornalista pode observar os acontecimentos sem o embalo econômico, social, político, emocional. Mas Fidalgo (1997, p. 02) ressalta que esses distanciamentos não quer dizer superficialidade na apuração, mas sim evitar uma “fusão do jornalista com a realidade circundante”.

Já Eliane Brum vê, nas reportagens, o envolvimento com a fonte como algo fundamental. “Às vezes me perguntam: você se envolve com as suas fontes? É óbvio que sim. A gente não entra na vida dos outros impunemente. (Ainda bem)” (BRUM, 2008, p. 152). No entanto, um aspecto que pode ser levantado é que essa relação intensa vivida entre repórter e personagem se encerra no fim da matéria. No Código de Ética, consta no capítulo II, artigo 6º, que é dever do jornalista “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”. A relação íntima ou envolvimento com as fontes pode acarretar numa transgressão desse inciso, caso esta relação ultrapasse as barreiras profissionais entre jornalista e fonte.

Na maior parte das vezes, os caminhos de repórter e fonte não se cruzam mais. Porém, até que ponto o repórter tem poder para entrar na vida e na intimidade de alguém que sequer conhece? Até que ponto esse envolvimento com a fonte vai além do limite que o repórter poderia alcançar na apuração de uma história? É mais provável que Eliane Brum não mantenha hoje mais contato com as fontes de suas reportagens, até mesmo as que mais se aproximou durante o período de apuração e entrevista. Não se tem nesse afastamento uma atitude antiética propriamente. No entanto, para o repórter, é muito comum essa aproximação e afastamento de uma fonte e de outra conforme as pautas vão surgindo e sendo feitas. Para fonte não é bem assim, ela não está no mesmo contexto que o repórter durante a construção de uma reportagem.

No que tange à participação do jornalista nas reportagens, indo além da função de repórter e se tornando personagem, Eliane acredita que “o repórter tem licença para entrar na história se sua participação puder revelar mais do outro - e não de si mesmo” (BRUM, 2008, p. 349). Essa questão é algo bem criticado entre profissionais da área e meios de comunicação: quando o jornalista se torna intrínseco à produção jornalística, fazendo parte dela como fonte/personagem.

No capítulo II, artigo 12º, inciso I, o Código de Ética afirma que o jornalista deve sempre buscar o maior número de fontes, ouvir sempre os vários lados do acontecimento e buscar provas para confirmar o que declara em suas produções. Quanto a isso, Eliane diz que costuma empurrar a si mesma, ainda que bem cansada, para “buscar outra fonte, checar um local onde ainda não passei, procurar mais alguma coisa. Tento conseguir o maior número de informações e detalhes até o limite de tempo” (BRUM, 2008, p. 238).

Eliane, diferente do que boa parte dos jornalistas está fazendo atualmente, cumpre esta passagem do Código de Ética dos Jornalistas, buscando as informações nas fontes primárias, entrevistando cara a cara seus personagens. No campo das grandes reportagens, essas atitudes de Eliane são imprescindíveis para a construção de uma reportagem completa. A prática de construir todo o texto sem sair da redação – o que não garante que se ouçam todos os lados de uma história e que se mantenham aproximações com as fontes de forma suficiente para captar as essências das histórias a serem contadas - é uma prática que tem se tornado comum nos veículos de comunicação, indo de encontro ao que diz o Código de Ética.

A proximidade de Eliane com algumas fontes no decorrer da apuração e vivência da matéria pode até mesmo ser questionável, isso aconteceu, por exemplo, na reportagem “Um país chamado Brasilândia”, em que a jornalista substitui a mãe do noivo como madrinha do casamento de Luiz e Adriana.

Foi com solenidade que Luiz e Adriana fizeram o convite para que eu a substituísse (mãe do noivo) como madrinha. Eu aceitei de pronto, bem feliz até. Mas em seguida me passou pela cabeça uma sequência de dúvidas (e de bobagens): meu par, o padrinho, era o gerente da boca. Nossa ligação ficaria registrada em cartório, documentada para sempre (BRUM, 2008, p. 306).

Eliane Brum trata criticamente, também em *O olho da rua*, os casos em que o repórter se intromete na reportagem “como um daqueles papagaios de pirata que ficam aparecendo no canto das externas de TV ou dando pulinhos atrás do personagem principal cada vez que a câmera é ligada” (BRUM, 2008, p.349). Para ela, jornalista tem que ter compostura. Ele está na reportagem para comunicar assuntos de interesse público e não para dar vazão a sua vaidade jornalística, o que se configura importante aspecto ético.

A isenção, imparcialidade e objetividade se colocam para o jornalista como um ideal que deve ser perseguido, mas é preciso entender que se trata de um aspecto que jamais será atingido por completo. A objetividade plena é impossível o jornalismo, o que é uma impotência humana diante de sua subjetividade (GENRO FILHO, 1997); muitos pesquisadores denominam-na de mito. Segundo Genro Filho (1997), pensadores como

Marcondes Filho sugerem a ideia de uma informação objetiva é possibilidade teórica, impossível de realização plena. "Essa objetividade estaria situada num plano relativista, a partir de um distanciamento crítico dos interesses e enfoques parciais" (GENRO FILHO, 1997, p. 185).

Para Tuchman (1993), os jornalistas fazem uso da objetividade como um ritual estratégico para protegerem-se dos riscos da profissão. "Os jornalistas têm de ser capazes de invocar algum conceito de objectividade a fim de trabalhar os factos relativos à realidade social" (TUCHMAN, 1993, p. 75).

"Nossa simples presença – ou decisão de fazer uma reportagem – já altera a realidade sobre a qual vamos escrever" (BRUM, 2008, p. 419). Contudo, refletindo eticamente, é preciso levar em conta que há interferências que podem ser evitadas por parte do jornalista.

Para Eliane, "perguntas que já contêm uma resposta dentro delas, que praticamente obrigam o entrevistado a dizer aquilo que o jornalista quer ouvir, não só podem, com devem ser evitadas" (BRUM, 2008, p. 419). Em virtude disso, Eliane se define como uma esfinge, uma vez que vê a reportagem como um exercício de escuta e paciência por parte do repórter. É ouvir tudo o que aquelas pessoas têm a contar, sem pressioná-las por não falarem da forma como o jornalista deseja ou ainda que elas não falem o que o repórter deseja ouvir. "Em meus textos, procuro deixar muito claro ao leitor qual é o meu lugar e onde minha interferência foi decisiva" (BRUM, 2008, p. 419).

A floresta das parteiras

Nesta reportagem, é facilmente observável a transcrição literal das falas das parteiras da Amazônia, fontes de Eliane no contar dessa história. Exemplo disso seria: "'Tô cansada', diz. 'Queria pedir a Deus o meu aposentamento de parteira'" (BRUM, 2008, p. 21) e "'Parteira não tem escolha, é chamada nas horas mortas da noite para povoar o mundo'" (BRUM, 2008, p. 20).

Eliane é adepta da fidelidade ao discurso original nas aspas das suas fontes. Comentando os bastidores de uma das reportagens de O olho da rua, ela diz:

Conheço jornalistas que alteram a fala dos entrevistados, 'melhoram'. Dizem que existe repórter que até inventa 'aspas' para seus personagens. Não sei se é verdade. Para mim, 'melhorar a fala' já é uma fraude. Nós trabalhamos com palavras. Como as pessoas contam o que contam é fundamental para compreender o que contam. Colocar um sinônimo, nas aspas do entrevistado, já é traí-lo (BRUM, 2008, p. 238-239).

É nesta matéria também que Eliane conta o erro que cometera na apuração. Não esperou o tempo da matéria e fez como os médicos da cidade que, impacientes, “arrancam” menino e não os “recebem”. Uma das justificativas para tal situação é a pressão comum na profissão jornalística. A sandice do *deadline* implica tomadas de decisão importantes no rumo da reportagem e é o jornalista o responsável por essas escolhas – levando em conta sua moral, interesses pessoais e a ética da profissão.

Fazendo um balanço entre a preservação das aspas e o erro da pressa, Eliane revela que o erro foi parcialmente compensado pelo respeito à linguagem das parteiras. “A riqueza da linguagem das parteiras e a forma como cada uma se expressa é o coração desta reportagem” (BRUM, 2008, p. 38).

A guerra do começo do mundo

No capítulo “A delícia (e a dor) de ser repórter”, que conta os bastidores desta reportagem, Eliane conta que a reportagem “A guerra do começo do mundo” é uma declaração de amor a Roraima. Mesmo assim, ela também conta das várias críticas, reclamações e mesmo ameaças que recebeu após a publicação da matéria. “Recebi dezenas de cartas por semanas a fio amaldiçoando todas as gerações da minha família, as que vieram antes de mim e as que ainda virão. De gente humilde ao governador que não quis me receber” (BRUM, 2008, p. 79).

Muitos viram como preconceituoso o que Eliane descreveu no seu texto como sendo fascinante. Ela diz que metade de Roraima adorou a publicação e a outra metade detestou, passando a detestar e cultivar ojeriza à própria repórter. No capítulo III, artigo 12º, o Código de Ética traz que o jornalista deve “III - tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar”. No caso desta reportagem, a insatisfação da população e mesmo das fontes se deu, em muito, por estas terem se sentido desrespeitadas.

A explicação para tal embate é de que Roraima é uma terra em que não há unanimidade em pensamento algum e seria incoerente se uma reportagem sobre este local agradasse a todos unanimemente. “Se minha reportagem agradasse a todos, não seria Roraima. Teria de rasgar o que escrevi” (BRUM, 2008, p. 80).

A casa de velhos

O capítulo II, artigo 8º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros afirma que “O jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não

tenha sido alterado por terceiros, caso em que a responsabilidade pela alteração será de seu autor”. Quanto a alterações no que escreve, Eliane conta que “há repórteres bem mais fáceis de trabalhar, que não se importam de ter seus textos reescritos por inteiro. Mas eu não sou um desses repórteres. E pago o preço por isso. E é um preço alto” (BRUM, 2008, p. 128).

Em “A casa de velhos”, a autora assumiu a responsabilidade por sua publicação e as informações que divulgou. A reportagem conta a história dos idosos que residem na Casa São Luiz para Velhice, no Rio de Janeiro. Durante a matéria, a jornalista traça várias histórias de velhos dentro do asilo que se cruzam exatamente nesse aspecto: quando cada um deles chegou à Casa São Luiz.

A riqueza de personagens e os detalhes e particularidades de cada um e suas respectivas histórias é que transformam o texto numa reportagem realmente emocionante e reflexiva em muitos momentos. É possível sorrir com as situações cotidianas por que passam os idosos, e mais ainda chorar com todo o peso que uma história de vida tão longa e tão sofrida jaz sobre os ombros daqueles.

Nos comentários sobre os bastidores desta reportagem, Eliane confessa um erro. Em sua estadia pela Casa durante uma semana, com as despesas pagas pela revista *Época* (empresa para a qual trabalhava) ela diz “Eu tinha um apartamento individual na ala dos pagantes. E hoje penso que deveria ter passado algumas noites também no dormitório coletivo. Mas hoje eu sei mais do que ontem” (BRUM, 2008, p. 125). Sem dúvidas, para o processo de apuração, seria mais adequado se a jornalista convivesse com todas as realidades e conflitos dos moradores da Casa, uma vez que o asilo abrigava idosos de todas as classes sociais.

Mas este não foi o único erro da reportagem, ela conta. O outro foi até bem mais grave. O Código de Ética dos Jornalistas diz no capítulo II, artigo 6º, inciso VI que é dever do jornalista: “não colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha” e também, no inciso II, que compete ao jornalista “divulgar os fatos e as informações de interesse público”, devendo então haver muita cautela quando se tratar de divulgação de informações que ficam aquém disso.

Eliane explica que na reportagem “A casa de velhos” errou porque nenhuma reportagem deve ser mais importante que uma pessoa. Se isso ocorrer, a ética da profissão perde para o interesse particular ou do veículo. Os idosos da Casa São Luiz aceitaram conceder suas entrevistas e se abrir para Eliane, contando sua história e expondo suas intimidades. Contudo, após publicada a matéria, o impacto que esta causou na vida dos

personagens foi significativo – alguns ficaram tristes, envergonhados, constrangidos diante de família e amigos, vizinhos e conhecidos. Eliane diz:

Nós sempre temos de dar para cada um que nos honra com a história de sua vida a explicação clara, honesta, de que isso vai ser contado para milhões de pessoas, vai se transformar em documento. As pessoas sabem que vai ser publicado, mas não sabem o que isso significa. É nossa obrigação dar a elas a dimensão exata do que a matéria pode causar na sua vida no momento em que a revista estiver na banca (BRUM, 2008, p. 129).

Só que nem todo mundo consegue ter essa percepção exata, mesmo que instruído pelo repórter do impacto que aquilo terá para sua vida enquanto personagem. Para ser mais preciso, nem o próprio repórter consegue afirmar com exatidão a repercussão que uma reportagem pode trazer. Ele pode até mesmo presumir, mas há grande margem de erro. Um exemplo disso com a própria Eliane foi o que houve com a matéria sobre Roraima. A jornalista jamais previu o impacto e repercussão que houve.

Ainda nos bastidores da matéria, Eliane Brum diz ter sofrido para terminar a redação do texto, “mas acredito que alguns deles [idosos] estavam bem mais que eu” (BRUM, 2008, p. 130). A integridade das fontes referida no Código, não deve ser levada em consideração como apenas integridade física, mas também psicológica e social. “Eu já perdi, algumas vezes, as melhores aspas de uma matéria em nome desse cuidado fundamental com o outro. Mas resvalei nessa reportagem” (BRUM, 2008, p. 130).

Levando em consideração o que diz Abramo sobre a ética do jornalista ser a mesma do cidadão, Eliane pede, sete anos depois, no capítulo dos bastidores de “A casa de velhos”, desculpas aos idosos personagens de sua reportagem. Pedir desculpas quando cometido erro é um ato da ética do jornalista-cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em “O Olho da rua”, Eliane Brum - como ela própria diz - está com vísceras à mostra. Ela, efetivamente, conta com bastante pessoalidade os embates, dúvidas, medos, inseguranças, surpresas e satisfações que envolveram o processo produtivo das dez reportagens contempladas na publicação.

A jornalista preza pela ética – em suas esferas individual e coletiva. Preza também pelo rigor na apuração. Além disso, pesquisa exaustivamente antes de ir a campo e vivenciar aquilo que se transformará em sua matéria. É possível depreender que ela age eticamente quando está *in loco*, respeitando as diferenças e a pluralidade, compreendendo o outro em sua complexidade e expressando muito bem isso nos seus textos.

Dentre suas atitudes no processo de construção das reportagens, Eliane deixa bem claro aos leitores qual seu lugar naquela matéria e até onde ela interferiu naqueles acontecimentos. A autora acredita na importância do repórter tentar interferir o mínimo possível no local e nas pessoas que compõem a reportagem e é defensora de não editar as falas das fontes para padronizá-las na norma culta, o que apagaria a personalidade do personagem, sua forma de falar reflete o que ele é.

Mas suas reportagens, algumas vezes, excessivamente expõem alguns personagens, chegando a lhes causar algum tipo de mal estar. São passíveis de questionamento também algumas atitudes da repórter, como a proximidade talvez excessiva que mantém com algumas fontes, como quando aceita ser madrinha de casamento de um personagem ou quando cuida – como parente ou enfermeira - de Aílce em seus últimos dias de vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, C. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BARCELLOS, Caco. Prefácio. In: **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura na vida real. São Paulo: Globo, 2008.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. 4. Ed. São Paulo: Summus, 2003.

BRUM, E. **O olho da rua**: uma repórter em busca da literatura na vida real. São Paulo: Globo, 2008.

CHRISTOFOLETTI, R. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Disponível em:

<http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em 25 nov. 2012.

FILDALDO, António. A distância como virtude. Considerações sobre ética na comunicação.

BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 1997. Disponível em:

<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-distancia.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2012.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. 3. Ed. Porto Alegre: Ortiz, 1997.

KARAM, Francisco José Castilhos. Deontologia. In: MARCONDES FILHO, Ciro (Org.).

Dicionário da Comunicação. São Paulo: Paulus, 2009.

KARAM, Francisco José Castilhos. **Formação e Ética Jornalística**. 4º Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, Campo Grande-MS, 2001.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 2004.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 2 Ed. Campinas, SP: Unicamp, 1995.

MARTINO, Luís Mauro Sá. A ética como discurso estratégico no campo jornalístico. **Líbero**, v. 13, n. 26, p. 31-38, São Paulo, 2010.

PENA, Felipe. **O jornalismo Literário como gênero e conceito**. Disponível em
<<http://www.felipepena.com/download/jorlit.pdf>>. Acesso em 06 jun. 2013.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1993.